

A IMPRENSA DA CUVABA

PERIODICO POLITICO, MERCANTIL E LITERARIO.

ANO VI

N.º 294

QUINTA FEIRA

4 DE SETEMBRO DE 1854



A Imprensa—publica-se as Quintas Feiras na Typographia de Sousa Neves e Comp. Subscrivense no Escritorio da Directoria à rua Direita n.º 28.

Assinatura geral—Para a Província 12 000. Para o Rio 15 000. Avulsos 3 400 reis.

A IMPRENSA DE CUVABA.

CUVABA 1 DE SETEMBRO

Preste está o dia 7 de Setembro. São para nós sempre gratas as recordações e associações que ao espírito dos brasileiros traz elle.

Este anno o dia 7 de Setembro recordaria mais uma glória das nossas instituições, o direito do povo na escolha dos zeladores de seus diferentes municípios, e dos magistrados que devem intervir como mediadores da paz entre os concorrentes de uma mesma freguesia, si, como está na consciência de todos, esse direito fosse um realidade, uma verdade, uma expressão da consciência pública, e não uma fiação, um mytho, uma mystificação; uma burla em que os eleitos não são, como os fructos, productos das mesmas árvores; porem exertos exóticos, filhos da pressão de uns reagindo contra a liberdade de outros.

E' a carga da pobre imposta pelo rico; é o resultado da dependencia, o proveito do poderoso e do grande contra a consciência do pobre, e do subalterno.

E quem haverá, entre nós, de tão boa fé, que se vanglorie em pensar que o seu chamado à esses lugares de votação popular é a genuína evanescência de seus méritos pelos votantes?

Quem que possa reputar-se estimado e querido de tantos cidadãos, quantos suffragios obteve?

Ninguém por certo.

De ordinário a urna exprime a dependencia dos guardas a seus chefes, dos subalternos a seus superiores, dos camaradas a seus patrões, dos caixeiros a seus amos, dos rendeiros a seus senhores, e mais nada.

Nesta actitude, a força bruta constitue a razão; mas se a razão não é a maioria do numero porem a da qualidade—é certo que racionalmente só pode dizer, no actual sistema de eleições: a minoria é a razão pura nas votações, porque ella exprime a entidade independente, a quantidade que reago contra a prepotencia, contra a obediencia passiva, para não conspirar o direito que é tão seu quanto dos que por qualquer forma o arrancão a outros.

Ainda debaixo dessas considerações louvamos os trabalhos e esforços dos propagadores e zelosos defensores da eleição directa, porque como elles entendemos que só ella pode salvar o paiz da corrupção, da venalidade em que o tem precipitado a eleição indirecta.

Douti o paiz com a eleição directa e vereis o governo marchar na senda do progresso, apoiado na opinião.

Douti o paiz com a eleição directa e vereis recuar diante da opinião publica as perseguições sangrentas aos empregados publicos, vereis cheirados ao funcionalismo homens de merito, qualidades e aptidões, e não caixeiros portadores de his-

obedientes ao primeiro acto de seus patrões.

Deixando para a teoria, entremos no caminho do definido.

Ahi vem o dia 7 de Setembro—os gem de bens ou de males: liberais, ligérios ou conservadores todos tem os interesses reais a esperar d'ella.

A nossa municipalidade carece de muito, infinitos, immensos são os seus reclamos: proeminentes jaizés, nao suudos aos vossos clamores, mas desprezados de paixões mesquinas e partidistas.

O direito de um contrario vosso atropelado hoje, amanhã por via da encenação, será o atropello do vosso direito.

O que hoje negaram ao adversario, sem lembrança do principio—hoje nihil cras ibit, amanhã vos atropelará também.

Liberais ou conservadores—procurare ciertas prestações, haja os ditatos de rectidão e justica, que tentam por fim a causa publica, e não só amar pelas actas e expedições de diplomas, e aparação de eleições.

Os males da eleição, no systema actual, são os vossos males.

Muitos annos há em que os experimenta; e porque não mudar de rumo?

A causa da enfermidade é a primeira causa que nos aconselha a medicina com batamos;

A sciencia diz: das mesmas causas, os mesmos effeitos:

Será prudente ao lavrador, que só tem colhido cardos—continuar a empregar seu trabalho no terreno que cultivou?

Será prudente ao que perdeu-se num negocio em que duas ou tres vezes se metteu, arriscar no mesmo o resto do seu capital, ainda mesmo que aquelle esté sejão rogados por amigos, parentes, e alheios?

Então porque damoral-vos? Cultivai outro terreno, tentai outro negocio.

BOTICARIO.

FUNERAL.—Celebrou-se no dia 30 do mes Sudo, na Sé Cathedral, com assistencia de S. Ex.^o os Freis. Bispo Diocesano, Presidente, Comandante das Armas da Província, das corporações eclesiastica e militar, de diversas autoridades civis e de um numeroso concurso de pessoas gradas, o funeral, que pelo eterno descanso do benemerito Coronel José Nepomuceno da Silva Portela, mandou fazer o seu presadissimo irmão Dr. Firmino José de Mattos.

S. Ex.^o Bm.^o officiou na absolvicão do tumulo, depois da Missa de Requiem, que foi cantada pelo M.^r Rd.^o Conego Vigario Geral e Proveror do Bispo.

Mais uma vez testemunhamos ao bom irmão do illustre finado, e a suas parentes, nossos pezinhos por tão funesto acontecimento, envolvendo-os igualmente a sua

co, como signal da verdadeira amizade que tributamos sempre a seu filho, e da justa retribuição com que nos la despen-sava.

Possão os bons e relevantes serviços de fiado em prol da patria merecer-lho do Deos das misericordias as graças e favores que o mundo não sabia, e nem lhe podia conceder.

Chegou a 26 do passado a esta cidade o vapor da companhia, trazendo cento e cinquenta contos de reis para suprimento da tesouraria.

As noticias da corte são desplas de interesse.

Ja se havia recolhido a capital do império o Conselheiro Saraiva de sua missão ao Uruguay.

Os negocios de Montevideo desta vez não se arranjarião senão pela guerra.

De Santa Catharina havia partido força para o Rio Grande, e consta-nos que em breve os cartuchos se rasgarão em defesa dos direitos dos nossos compatriotas residentes na campanha da Republica gravemente offendidos.

Nas Camaras se havião tratado da datação das augustas princesas.

Forão criados na Villa de Miranda um batalhão de Guardas Nacionaes, e outro em Villa Maria.

CURA MIRACULOSA.—Transcrevemos do Echo de Fourvière o seguinte.

« A atenção publica se occupa muito com um facto miraculoso acontecido na casa de N. Senhora de Nazareth em Oulhans.

« A comunidade das Senhoras de Nazareth, que dirige um numeroso colégio de meninas, recebeu ultimamente do soberano Pontifice os ossos, de uma jovem chamada Aurelia de quatorze annos e meio, extraídos das catacumbas, os quais se tinham conservado sobre a pedra de seu tumulo com os signaes do martyrio. No dia da trasladação destas preciosas reliquias para a capella, toda a casa estava em festa, as meninas vestidas de branco, e com palmas na mão, fazião cortejo à sua nobre e gloriosa companhia.

« Neste tempo jazia enferma de uma moléstia incurável, uma religiosa ternamente amada de suas educandas. De repente estas lembrarão-se de pedir a Santa Aurelia a cura de sua mestra.

« Communicarão este projecto á doente pedindo-lhe que se unisse á suas orações. Esta tinha feito o sacrificio de sua vida, o custa sempre á uma alma generosa abandonar um sacrificio resolutamente aceito. Além disto era um milagre estrondoso que se solicitava, porque os medicos diziam que nenhum remedio humano podia conjurar um fim proximo. Vomitos de sangue amuñados e acompanhados de outros symptomas não menos caracteristicos não deixavam dúvida alguma. A doente não podia mais suportar uma gota d'

água. Por obediencia consentiu em unir-se às supplices que se fazem por sua cura.

Desfila a procissão: as jovens educandas sentem o coração cheio desta fé que transporta as montanhas. Quando passavam por baixo das janelas da enfermaria, por entre as quais elas apenas podiam ver-se cara mestra, sua confiança redobrou assim como suas supplices. Na capella houve um sermão em honra da santa, pronunciado por uma eloquente voz, ao qual seguiu-se canticos de saudação.

No inciso momento a docente rompendo o silêncio da fervorosa oração em que se achava mergulhada, exclama: «Eu estou curada!» pede seus vestidos, levanta-se vigorosa, e depois de ter rendido graças a Deus, toma alguns alimento. Dirigem-se à capella muitas senhoras e um venerável religioso, que assistiu à cerimônia, homem de uma sabedoria e de uma prudência consumadas. Encontrão de pé, cheia de saúde, aquela que elas prejavam, uma hora antes, para receber os últimos sacramentos. Reconhecido o prodígio, o bom religioso volta à capella e então o *Te Deum*. A mais viva alegria brilha em todos os semblantes, porém uma alegria calma e recolhida. A fé destas meninas era tão forte, tão inspirada, quanto maior teria sido talvez a surpresa se não fosse ouvida. «Viva a boa santa Aurelia! Esta palavra saiu de todas as bocas, e a bênção do SS. Sacramento fez curar todas as frontes abysmadas nos sentimentos do mais profundo reconhecimento.

Quinze dias depois a piedosa serva de N. S. do Nazareto entrava no exercício do seu magistério sem experimentar o menor encommodo.

Eis os factos em toda a sua simplicidade, do modo porque nos referirão testemunhas oculares dignas de nossa confiança.

SEMINARIO EPISCOPAL.

Teve lugar, no dia 23 d'este mês segundo annunciamos no numero passado, a Conferencia de Teologia Moral sob a presidencia de S. Ex.^o Rm.^o e direcção científica do Sr. P.^o M.^o Antonio Henriques de Carvalho.

Tem lugar hoje as 9 horas da manhã a separação de Philosophia Racional.

REPARTIÇÃO DA POLICIA.

Partes das occurrences da semana p. p. Forão presos à ordem das respectivas autoridades.

Dia 23 de Agosto, a ordem do Juiz Municipal de Termo, Francisco Xavier, assim de cumprir a sentença que lhe foi imposta pelo Jury.

Secretaria da Policia em Cuyabá, 29 de Agosto de 1864.

O Secretario,
J. J. de Carvalho.

REFORMA ELEITORAL ELEIÇÃO DIRECTA.

XII

No artigo precedente dissemos, que a lei de 19 de Agosto, com as *maiorias pres-tablecidas*, quer nas juntas de qualificação, quer nas mesas ou Assembleias parochiais, quer nos conselhos de recurso, radicou o direito político, de uma vez para sempre, nos bem-aventurados juizes de paz, eleitores e vereadores, que conseguiram fazerem-se eleger desde o princípio.

D'ahi por diante, todo o processo eleitoral correu por conta dos juizes de paz,

eleitores e vereadores, que, em virtude daquel'a lei, se tornaram os árbitros de todas as operações eleitoraes, agitadas por ellos, em ordem a mantê-los nos seus cargos.

Que imparcialidade, inteireza e honestidade se pode esperar do juiz de paz, presidente da mesa, interessando em manter-se no seu cargo? Em tal situação obra elle como parte, e parte feliz, porque é o mesmo tempo juiz do seu pleito.

Árbitros de todas as operações eleitoraes, juizes em propria causa, os membros das assembleias ou mesas eleitoraes, só qualificam, se recebem as listas, e só admitem os recursos dos seus adeptos; e se, *propter scandalum*, são obrigados a receber as listas e recursos dos adversários, é isto feito com total prudência e critério, para não serem inutilizados os votos dos amigos.

O princípio de que—a mesa não pode perder a eleição—tem, pois, o fundamento na lei de 19 de Agosto. Em face desta lei, não ha razão para admirar essa imobilidade dos nossos juizes de paz, vereadores e eleitores, precursora e preparadora das nossas caixas-munições, assembleias províncias e geraes, em cada uma das quais se notam sempre os mesmos deputados e os mesmos camaristas; e sempre a mesma maioria ou a mesma unanimidade, que se dá nas mesas e juntas eleitoraes.

E' por isso que não ha nada de extraordinário em ver a longa duração das nossas juizes de paz e camaristas. Para esses Mathusaleens eleitores não ha possibilidade de perder a opinião publica. A votação que pela quarta vez os leva aos cargos de juizes e vereadores, deputados provincias ou geraes, é a mesma, sendo maior, do que a votação obtida nas anteriores eleições. Que popularidade!

Nessas operações eleitoraes ha uma constância admirável; ha a mesma certeza e pontualidade, que se observa em uma máquina, quando funciona com todas as suas peças e apparelhos.

Mas a lei de 19 de Agosto não aquinhonou também a oposição, determinando que em todas as mesas entressem dous eleitores suplentes?

E' isso uma verdade; porém os eleitores suplentes, nas nossas mesas eleitoraes, são *carnes mortas, não testemunhas de marco*, é o numero 2 para fazer contraste com o numero 3: é a minoria para assistir, de corpo presente, ao triunfo da *maioria legal, da maioria à priori*.

Digam lá o que quizerem aquelles que lucram com essa farça, criada pela lei de 19 de Agosto, em prejuizo da ordem e moralidade publica, o único prestimo que se tem descoberto até hoje nos dous eleitores suplentes, parte das mesas eleitoraes—é a faculdade que a lei de 19 de Agosto lhes concedeu, de protestar contra os actos ille-gaes, as violências da maioria.

Sim, os dous mesários, os dous eleitores suplentes são entidades essencialmente protestantes.—A isso reduz-se o seu papel—*verbi gratia*: a maioria, isto é, o juiz de paz e os dous eleitores, recebe a lista de um *quidam* que já votou dez vezes.—Protestam 1 dizem os dous eleitores suplentes, mas a mesa vai por diante.

A maioria rejeita a lista de um medico, conhecido nosta cidade, ou de algum empregado publico; os dous suplentes bradam logo—protestam! mas a maioria vai por diante.

A maioria vê-se em apuros, e recebe pistas de invísiveis, de menores, de pessoas

as extrabolas à freguesia.—Protestamos! acodem os nossos eleitores suplentes; mas a chamada consegue se, as listas apuram-se, os protestos são respondidos pelos contra protestos.

Acabala a eleição, e reconhecido o direito do juiz de paz e dos mesários para continuarem por mais quatro annos, termina toda a farça.

Mas o que é isto dos dous protestantes, dos dous mesários, suplentes?

A maioria quase sempre condescende-lhes, e conserva-lhes a suplência; e por conseguinte o direito de continuarem a servir de testemunhas de marco por mais quatro annos.

Porém os nossos dous suplentes, não se contentam com isso; vocifram, gritam, sustentam que a vitória lhes devia pertencer; e no dia seguinte—oi-los escrevendo para o jornal:

» Procedeu-se à eleição; a *victoria moral* coube à oposição, que ganhou a eleição, se não fossem as fraudes e violências empregadas pela maioria da mesa.»

A mesa vencedora, porém, *cedendo o triumpho moral* aos seus adversários, e contentando-se com a *victoria real ou physica*, parece alegre com o procedimento dos seus adversários; e do intime, como que lhes diz; » protestem, vacifarem, escrevam o que quiserem; porque tudo isso serve para provar que a eleição foi livre. *Sit diu, dum non sit circu!*»

Obras vezes, porém, a mesa *real e não moralmente vencida*, exprobra aos dous eleitores suplentes, aos representantes da oposição, a sua impaciencia e falta de resignação:

» O que querem? A mesa é nossa; por força devemos ganhar a eleição; sob pena de desmoronar-nos; querem que nos sucedemos? Quando estiverem de cima fiquem de cima, usem do seu direito.

Tudo isso é muito bem pensado; porém com similhante systema, qual o meio de um vencimento honesto para os dous mesários suplentes; como poderão elles chegar à cima?

Só a fraude, a violencia ou a vontade do governo, em permitir o vencimento aqui ou ali com o fim de apparentar uma tal ou qual liberdade de voto, podem dar alguma triumpho à oposição, no dominio desse immoral systema de eleição indireta, regulada pela lei de 19 de Agosto.

Todo o homem honesto, que não está fascinado pelo espírito de partido, reconhece hoje, que a causa das causas, a origem de todos os males que oppõem ao paiz; que lhe tem estragado as forças; que o tem revolucionado de certo tempo para cá, é o nosso systema eleitoral; systema aplicado em lei de ocasião, destinada já a cumprir a verdadeira manifestação da opinião publica, em beneficio de meia duzia de homens, que em sua longura se compensaram de que a ordem publica, o progresso do paiz se não pode dar sem q'lo o poder esteja em suas mãos.

Porém om remover assim a opinião publica, em remover por artificio a maioria, em inhibi-la do direito de votar, ha mentira; e a mentira, que já em si é um crime de lesa-moral, se torna em uma iniquidade quando é empregada para roubar o mais precioso direito dos cidadãos, capazes de interferir nos negócios do paiz.

Mentira na qualificação; mentira na recepção das listas, no recebimento ou recusa dos recursos; na apuração dos votos; mentira nas maiorias, e em todos os casos de corrupção do sistema representativo, cujas conseqüências essenciais consistem em—proporcionar à verdadeira maioria o direito,

os meios de se tornar conhecida, e da vencer, — e em — assegurar à minoria toda a intervenção, toda a parte de triunfo, a que elle tiver direito.

Não havendo meios honestos de triunfo para a oposição, o que havia a empregar assim de que esta triumphasse? a fraude, o artifício, a violência, o assassinato? Mesmo similhantes meios repugnam com a indole, o carácter pacífico de um povo religioso e monárquico, como é o povo do Brasil. D'ali a completa esquivança da minoria da nação, em tomar parte nas justas eleitoraes. A eleição começou a ser o negócio dos ministérios e dos seus adeptos; negócio em que bém poucos se intrometiam com o fim de contraria-los.

Entretanto, apesar de bem poucos concorrerem às eleições, quantos crimes! quantos assassinatos eleitoraes! quantas lutas estereis! quantas forças perdidas, inutilizadas em um paiz como o nosso, despovoado, e que por isso mesmo precisa de toda a cooperação de seus filhos prestituosos, seja qual for o lado político a que pertencem!

Em vez, porém, dessa cooperação de todos os bons cidadãos, veem as inovações, os escândalos, violências e crimes, sempre acorocados pelas nossas mesas eleitoraes, as quais, parodiando, ou antes desacreditando, no espírito da população, só o nome de soberania da nação, o sagrilar e santo princípio da autoridade, sacram, nos templos do Senhor, roubar o voto dos cidadãos para dá-los a aqueles que não poderão nem devem votar, ou não podem e não devem ser eleitos; e por meio desses roubos, feitos aos votantes, preparam e facilitam a perpetração de novos e maiores roubos feitos por camaristas venais, por deputados *patoletos*, que por meio de debates, criação de empregos inutíos, contratos lesivos, privilégios vexatorios, impostos mal-lançados, e desigualmente repartidos, sugam o sangue do povo, e matam a industria de um paiz, que, pelo seu atraço e minguada população, urge sejam os seus recursos poupanados, e conveniente e productivamente aplicados.

O coração de todo o bom cidadão fica traspassado de dor com o espetáculo de tanto desatino, tanta immoralidade, tanto sangue derramado, para que o mérito seja supplantado pelo demérito, e as poucas capacidades do paiz sejam substituídas pela crassa ignorância, pela completa incapacidade de alguns lórgas, impotentes para comprehendere as necessidades do paiz, expô-las e remediar-las!

Não exageramos; os desafins e os crimes eleitoraes subiram a tal grão, que foi forçoso reformar-se a lei de 19 de Agosto. O marquez de Paraná, homem eminentemente conservador insuspeito, vendo a situação a que tinha sido reduzido o paiz, propôz aquella reforma! (.)

Talvez o recente quadro da ensanguentada revolução de Pernambuco em 1848, revolução, cujas últimas scenellas foram apagadas pelo estadista mineiro, entrasse, por muito, no espírito do marquez de Paraná para propor similar reforma.

Com efeito, a revolução de Pernambuco entraça-se naquela lei, e outras concomitantes; não se pode assignar outra causa à revolução de 1848. Nós que assim pensamos, vemos hoje a nossa opinião abraçada por um homem conspicio e insuspeito, como mostraremos no final deste artigo.

* Tinha bem rasto o ex redactor do *Mato* quando com dupla intelligença e ton emphatico disse: « a eleição directa é idea exclusiva dos liberais; o homen entendida da causa e de algumas cositas mais

Estava na consciência do paiz, era uma necessidade sentida por todos os Brasileiros, amigos da pátria, a mudança da eleição indirecta pelo directa. E esta persuasão dominava o espírito do proprio marquez de Paraná, de cuja boca ouvimos, de uma das tribunas do senado, estes palavras, na discussão da lei de 19 de Setembro:

— Se a reforma eleitoral não impedisce as fraude e crimes usados, ella chegará ao seu complemento, — a ciega directa.

A lei de 19 de Setembro de 1853 foi considerada, pelo proprio marquez de Paraná, como uma lei incompleta, como uma meia medida. Assim mesmo que haja suscitado a sua discussão! Que interesses enraizados não desgarraram ao golpe, que parecia féri-los!

Para fazer triunfar a reforma de 19 de setembro de 1853, foi preciso toda a força de vontade do marquez de Paraná.

A lei de 19 de Setembro, incompleta, contraditoria, conservando a eleição indirecta, e todos os apparelos eleitoraes da lei de 19 de Agosto de 1816, em vez de minorar os abusos e erros, aumentou-os. A reforma consistiu em ser a eleição por circulos, em vez de ser por províncias! Isto foi o mesmo que aumentar a letalidade do veneno pela sua concentração, como bem o disse o illustrado redactor deste *Bíario*.

A prova da que o imperio do mal, da fraude, da perseguição, violências e crimes, continuam ainda hoje, mais forte e mais enraizado do que antes da reforma da lei de 19 de Agosto, está nos assassinatos, duplicatas e venalidade de collegios eleitoraes, que se leva dada da lei de 19 de Setembro para cá. Tais foram os excessos e as duplicatas, que perto de trez mezes foram gastos na verificação de poderes, e salve Deus com que encargos de consciencia!

A prova ainda está plena, cheia de verdade e de criterio no discurso recentemente proferido pelo venerando senador, o Sr. visconde de Albuquerque, por occasião de uma interpelação, feita ao ministerio por outro senador pela província do Maranhão.

Não podemos furtar-nos à necessidade de copiar alguns trechos d'aquele discurso, em favor da these que defendemos, e por elles se pode ver o que são as eleições no nosso paiz, e principalmente neste miseríssimo Pernambuco.

Com similar transcrição não temos em vista referir-nos a este ou aquele partido; porque estamos convencidos que com a actual lei eleitoral, com a eleição indirecta, qualquer partido produzirá os mesmos resultados. Eis o que diz o venerando senador:

O Sr. Visconde de Albuquerque: — Isso que se quer chamar política; isso que se quer chamar partido, isso que se quer chamar maioria, é um complexo, uma confusão de causas taes que nos leva a uma immoralidade sem limites; que nos ameaça de uma revolução; de maneira que, em estou persuadido, como ontem, de que hoje a ordem do dia, a questão em todo o paiz é a immoralidade. E tal o estado do nosso paiz, que devemos fazer todo o esforço para que a moralidade suplante a immoralidade.

O Sr. Dr. Manoel: — Apoiado.

O Sr. Visconde de Albuquerque: — Estamos com o principio, Sr. presidente, estamos com o principio, de que em tempo de eleição o maior crime é não vencer; isto é proclamado pelos agentes do governo; tudo é permitido para vencer as

eleições.

O Sr. Souza Franco: — E mais ainda quando os ministros são candidatos.

O Sr. Visconde de Albuquerque: — Espere lá você. Ainda não acostume que se entregasse à justiça um facinora, que commettesse crimes horrorescos na eleição; o que se quer é o triunphos, tales homens ficam recomendados. Ora, senhores, o que deijo isto? Não é prova de que a immoralidade é de quem governa? Qual é o homem honesto e sisudo, que pode apresentar-se na eleição? Qual é a garantia que o governo dá aos direitos da sociedade em uma época destas? E como o governo, pelo dar garantias, se elle é o primeiro que apresenta candidatos?

O Sr. Souza Franco: — Apoiado.

O Sr. Visconde de Albuquerque: — O nobre senador pelo Maranhão aventou uma questão muito séria, muito digna da consideração do governo, o qual poderá nas melhores intenções seguir o trilha de seus antecessores, e não mudar a herança por causa do tal princípio das maiorias. — Que coisa é maioria, senhores? que maiorias são essas, são maiorias artificiais, são maiorias de partido, da corrupção, e da prostituição? Oh! . . .

Com efeito lutam dois partidos ou dois grupos, e um deles sae vencedor na eleição; V. Exc. presume que os vencedores o foram pelos principios do justiça? Foram pelos mesmos principios por que os outros o tiveram sido...

Os partidos, Sr. presidente, já me fizem dizer nesta casa, e repetir muitas vezes, que não há coliga que indis se pareça, do que têm luzia com um saqueamento.

O Sr. Souza Franco: — Mas não um moderado com um exagerado.

O Sr. Visconde de Albuquerque: — Não faço comparações, e nem dou preferencia; digo que todos metidos em um saco dão a mesma poseira (*risadas*): felizes daquelles que aspiram à considerações; cada um quer arranjar-se; não olham os moços. Tenho amigos particulares em ambos os partidos, mas não pertenço a nenhum destes partidos; embora quanto a doutrinas políticas propenda um pouco para o tal partido liberal.

O Sr. Souza Franco: — Não podia deixar de ser assim.

O Sr. Visconde de Albuquerque: — Com efeito, a palavra é mais sympathica e definida, mas o tal conservador parece-me assim barrigudo (*risadas*).

O Sr. Dr. Manoel: — Apoiado.

O Sr. Visconde de Albuquerque: — A justiça não admite moderação; é nua e crua: a justiça não pode ser perseguidora; a moderação na justiça é a capa com que a immoralidade se acoberta; justiça e maioria justiça e ella requer que o governo não apresente candidatos: a justiça requer que o governo faça punir esses pelotiqueiros, que fazem habilidades nas eleições; a justiça reclama que se attenda bem mesmo à verificação dos poderes, e que não se premie os vencedores, se por que for.

Faga o que quiser o governo, mas o nobre deputado pelo Maranhão reclama pelo direito de sua província, e advertiu o governo, que não revolucionasse o imperio. Desgraçadamente as revoluções no meu paiz tem sido promovidas pelo governo; e a minha província tem sido vítima disso.

(O Sr. ministro do imperio dá um aparte.)

* Não sei se este governo quer fazer isto; mas o facto que digo é exacto: todas as revoluções na província de Pernambuco

tem sido feitas pelo governo do Rio de Janeiro: tenho as melhores provas disto, sou testemunha, e sempre me esforcei com a minha fraca voz para obstar isso; mas era tudo ora como apixonava-lo, ora como louco, e o facto é que a experiência mostrou que eu tinha razão.

Eis um complexo de verdades, que não podem ter contestação séria. Estas palavras mostram bem o tipo do verdadeiro Pernambucano: elas mostram bem que o venerando visconde de Albuquerque trouxe ainda o tempo em que os eleitos de Pernambuco exprimiam a vontade, a opinião da província. Mas esses bons tempos já lá foram; hoje o que domina, e o que tem dominado é a imoralidade nas eleições, cujo medonho, porém verdadeiro quadro, foi traçado com mão de mestre pelo venerando senador.

Estaremos illudidos quando vemos nestas palavras do senador pernambucano o começo de uma luta séria da moralidade contra a imoralidade; um luta contra o direito de que se apossou o governo de fazer os deputados da província, e de revolucioná-la quando encontra embargo em nomeá-los?

Seja como for, esse quadro prova assaz claro o que são, e têm sido as eleições no império, de certo tempo para cá, e a necessidade de acabar com a eleição indireta, e estabelecer a eleição directa, desterrando do recinto das nossas eleições essa chusma de votantes e de elegíveis, que não têm nem sequer duas patacas de renda líquida por anno, quando a constituição exige que ninguém possa votar sem ter *cem mil reis de renda líquida!*

O art. 92. § 5 da constituição, diz:

» São excluídos de votar nas assembleias parochiaias: ...

» Os que não tiverem de renda líquida anual *cem mil reis, por lens de raiz, industria, commercio ou empregos.* »

E por não se ter observado esta disposição, que se tem dado tudo quanto ha sucedido de mão, de ridículo e de tragédia no paiz relativamente a eleições.

Entretanto é tão facil a observância do artigo constitucional!

A PEDIDO.

Srs. Redactores.—Peço-lhes a publicação das linhas seguintes, que li no Constitucional de 23 de Junho sob a epígrafe Fructas do tempo.

« O Sr. Caetano Xavier Pereira, deputado de Mato Grosso, apresentou finalmente um fruto de suas profundas lucubrações, justificando assim o conceito de que goza como uma das mais brilhantes luminarias da sua terra.

Não obstante a previdente lei que hoje regula a concessão e extração de loterias, entende o illustre deputado que mais duas devem ser concedidas à sua província por um artigo additivo ao orçamento geral.

Ha na província 17, ou 18 matrizes, todas mui pobres, mas o producto interirinho de uma das loterias deve ser applicado à de Poconé, distribuindo-se o da 2^a. por todas as outras. E porque não? Sendo Poconé o feudo do sogro do illustre deputado, do actual dominador da província, nada mais justo do que fazer-lhe semelhanças presentes, à custa da barba longa.

Consta-nos que o sapientissimo Sr. Joaquim Raymundo Delamare é um dos esta-

distas que estão dispostos a fazer à província do Rio de Janeiro a honra (segundo a opinião do Sr. Abelardo de Brito, contestada com toda a modestia pelo Sr. Zacharias) de aceitar os seus suffragios para o lugar de senador! Faltava-nos ainda esta sapeca! dirá o Sr. Lopes Leite.

Ba Faria nas lucas : livres são bravos
Que vencem, devoram soldados escravos
Do ovo do lho no vendidos da rei !
Os livres são bravos : e nunca só adem,
Que ao sol das batalhas suas heros defendem
Nos campos por ist

En sei que os monarcas fôrando da historia
C' o sangue dos povos se o' roam de gloria,
Cercados de escravos, no furor a dormir;
Que sceptros corcos são meras vaidades
Das forças tyranas, que as nossas vontades
Procuram terir I

Oh! vinte monarcas à mim que valente
Um troço d' bravos commando
Montado n' um pungo soberbo bagul !
Vereis vossa gente sem rumo sem morte
Correndo, fugindo com medo da morte
Por montes e val,

Vereis que nos campos aos gritos de guerra,
As vossas phalanxes baqueiam por terra,
Si a frente dos bravos em surgo a correr !
Ganchos, quicossa nor, trema los d' bala
De espadas e lanças punhais e pistolas,
Quem pode os vencer ?

Extr.

EDITAL.

De ordem do Illm.^o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda d'esta Província se faz publico para conhecimento de quem convier, que, em virtude da ordem do Thesouro Nacional n.^o 37 de 23 de Maio proximo passado se tem de pagar aos credores de dívidas de exercícios findos, constantes da relação infra, por conta do crédito conferido no artigo 2.^a do Decreto n.^o 1198 de 46 de Abril do corrente anno.

Credores

Adolpho Brose	690\$000
Andre da Costa Lima (Jos.) Caetano Metello cessionário)	33\$003
Domingos Ferreira dos Santos	73\$400
Francisco Bueno da Silva	516\$000
Joaquim de Araujo Bastos	46\$182
José Haller	23\$100
Manoel Antônio das Santos	93\$000
Manoel Apolidogino de A. Ramos	89\$000
Pedro José Rosino	42\$000

Reis 4:820\$038

Secretaria da Thesouraria da Fazenda em Cuyabá 29 de Agosto de 1864.

O Oficial,

Francisco Manoel de Araujo.

ANUNCIOS.

POLINHAS ECCLESIASTICAS

Para o anno de 1863

Achávose no prelo.

ATENÇÃO

O abaixo assignado tendo de retirar-se por todo o corrente mes para Corumbá, pede as pessoas que tem contas de bordador em sua loja, hajão de vir saldar-as até o dia 10 astm de não lhe ser preciso transferir a sua viagem.

Cuiabá 1 de Setembro de 1864.

Alonso José Barreto

Pascual Ordano avisa ao respeitável púlico, que hivendo-lhe chegado pelo ultimo Paquete, manteiga cravil, branca, de Montevideu, à venda em sua padaria a preço de 2 \$000. a libra.

FUGIDA.

Do abaixo assignado fugiu no dia vinte e nove do corrente mes uma escrava de nome Dorothea, creoula, de idade de vinte e cinco annos mais ou menos, estatura regular, cheia do corpo, com falta de dentes da parte de cima, rosto espinholoso, semblante arrancado, o'los amortecidos, peitos caídos, com signos de ventozas e vezicários debaixo do estomago e do umbigo, cujas feridas ainda não estão coçadas: quem a levar arra Augusta, casa n.^o 27, será gratificado, assim como protestasse com todo o rigor da lei contra a pessoa que a acuturar. Cuiabá 30 de Agosto de 1864.

Antonio José Guimarães e Silva.

ULTIMA HORA.

Teve boitem lugar na Sé Cathedral a Missa que por alma in-sílo o Coronel João Nepomuceno da Silva Portella mandou celebar os officiares do Batalhão de Caçadores, que se achão nesta cidade.